

Os protestos de junho e a agenda propositiva: um argumento teórico*

João Alexandre Peschanski**
Renato Moraes***

Resumo:

O artigo sugere uma tipologia nova para identificar movimentos sociais, baseada nos motivos da luta. A partir disso, estabelece uma diferenciação entre grupos mobilizados de modo reativo e propositivo. Desdobra-se com mais detalhe a dimensão propositiva, que permite sanar algumas lacunas da literatura sobre lutas sociais conhecida como processo político: a predição, a diferenciação de grupos e a definição objetiva de interesses. Faz-se um balanço de que, apesar de influente, especialmente nos países de língua inglesa, a teoria do processo político é insuficiente e incapaz de dar conta de fenômenos sociais como os protestos de junho de 2013 no Brasil, onde houve heterogeneidade e mobilizações em torno de uma proposta de transformação institucional, o passe livre.

Palavras-chave: Protestos; movimentos sociais; política brasileira; teoria sociológica.

The June protests and the purposeful alternative: a theoretical argument

Abstract:

This piece presents a new typology to make sense of social movements, relying on the motives behind the struggle. From this perspective, we distinguish between groups that mobilize in reaction to an exogenous event, and those presenting purposeful alternatives. We further develop the notion of purposeful alternatives, which offers a means of addressing some recurrent deficiencies of what is called the political-process literature on contentious politics: the capacity to predict, the differentiation of groups and the objective definition of interests. We argue that, despite its considerable influence, especially in the English-speaking world, political process theory is insufficient and incapable of accounting for social phenomena such as the June 2013 protests in Brazil, in which heterogeneous actors mobilized around a proposal for institutional transformation, the "free pass."

Keywords: Protests; social movements; brazilian politics; sociological theory.

*Os autores agradecem a Nair Fonseca pelo auxílio na elaboração da revisão de literatura.

**Doutorando em Sociologia e integrante do projeto "Envisioning Real Utopias", coordenado por Erik Olin Wright. University of Wisconsin Fellowship, Wisconsin, Estados Unidos. End. eletrônico: peschanski@wisc.edu

***Doutor em Ciência Política, professor de Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos-SP, Brasil. End. eletrônico: rmoraes@ufscar.br

1. Introdução

O estudo das lutas sociais, em geral, e dos movimentos sociais, em específico, se encontra atualmente órfão de uma visão de transformação. Na maioria das correntes sociológicas em voga, de variadas tradições, a ideia de transformação social, a pauta propositiva, não tem centralidade analítica. Nessas correntes, a questão central é entender como e em que circunstâncias as pessoas decidem mobilizar-se. Assume-se de antemão que há sempre motivos para lutar e, nesse sentido, o que importa analisar é em que medida alguns desses motivos se tornam pautas de reivindicações efetivas e outros, não. O foco de análise se restringe a entender as capacidades (recursos, ressonância identitária, redes) e as dinâmicas do processo político que levaram a uma mobilização. Nas teorias em voga, o sucesso de protestos depende de um empreendedorismo da contestação e o motivo da luta se torna uma preocupação marginal, uma ilustração contextualizadora sem força explicativa.

Uma deficiência primordial das linhas teóricas que desconsideram os motivos das lutas sociais é a incapacidade de diferenciar entre tipos de protestos: propositivos ou reativos. Tipicamente, movimentos sociais reagem a algo – uma mudança no sistema de relações sociais – ou mobilizam-se a partir de uma proposta. Empiricamente, é possível que grupos mobilizados tenham os dois aspectos, sendo tipos híbridos. No abstrato, é possível diferenciar entre aqueles que se insurgem contra algo e por algo. A diferenciação entre reativos e propositivos importa, mostraremos, especialmente para fazer sentido dos protestos de junho de 2013 no Brasil.

O desaparecimento da agenda propositiva tem variadas causas. Uma explicação geral pode estar associada à erosão da noção de alternativa nas concepções de mundo – tanto para manifestantes quanto para analistas –, desde a dissolução do regime soviético, nos anos 1980-1990. Efeitos dessa erosão foram o enfraquecimento dos instrumentos políticos anticapitalistas, especialmente os partidos comunistas, e da própria teorização do socialismo e da luta de classes, num contexto de complexificação das dinâmicas de acumulação de capital. Recentemente, houve uma renovação da reflexão sobre alternativas, incluindo Boaventura de Sousa Santos (2002), Michael Löwy (2005), Luis Felipe Miguel (2005), Erik Olin Wright (2010) e David Calnitsky e João Alexandre Peschanski (2011), entre outros, mas ainda sem uma influência ampla. Os apontamentos desses autores são para um relativo abandono da grande narrativa da alternativa e o reconhecimento da importância das inovações que estabelecem uma retomada social da organização institucional da política e da economia.

Uma explicação específica diz respeito à evolução das teorias dos movimentos sociais. No caso anglo-saxão, sobre o qual nos debruçamos neste

artigo, a não-inclusão dos motivos de luta nas teorias antecede os anos 1990, por mais que se intensifique a partir daí. A relativa independência em relação à dissolução histórica do regime soviético se deve, entre outros elementos, a pouca afluência – em comparação com outras culturas ocidentais – dos instrumentos políticos comunistas, em especial nos Estados Unidos. Na Europa, a bandeira da alternativa teve ressonância fundamental, como sabemos; nos Estados Unidos, o comunismo e a luta operária foram globalmente reprimidos ainda em estágio incipiente e mais incisivamente no decorrer da Guerra Fria (Voss, 1994). A recente teoria dos movimentos sociais na tradição anglo-saxã se desenvolveu sob a influência da teoria de Ted Gurr (1970), que enfatizou aspectos psicológicos, notadamente um desequilíbrio entre as expectativas realistas e os desejos efetivamente realizados (ou as privações) dos membros de uma sociedade. Protestos e mobilizações seriam resultados indiretos de um desequilíbrio do organismo social, mais bem identificados como surtos de pânico. Em oposição essa teoria psicossociológica cientistas sociais enfatizaram nos anos 1970 a mobilização de recursos como explicação para o surgimento de protestos: mobilizações teriam sucesso na medida em que conseguissem recursos para protestar e organizar-se. Assim, movimentos sociais seriam atores racionais – não resultados de ações irracionais, como na teoria de Gurr – e seu sucesso dependeria de suas qualidades empreendedoras (McCarthy e Zald, 2001). Nos anos 1980, surgiu nos Estados Unidos, e difundiu-se até tornar-se a teoria sociológica dominante sobre movimentos sociais, a teoria do processo político, como uma alternativa à vertente da mobilização de recursos. É essa teoria, ainda em voga, que nos interessa neste artigo. Apresentamo-la na primeira seção, para, em seguida, indicar a medida em que se torna insuficiente para compreender protestos onde haja elementos propositivos, como foi o caso no Brasil. Fazemos, por fim, uma série de apontamentos teóricos e metodológicos para diferenciar grupos em mobilizações.

A teoria do processo político

O paradigma analítico mais propagado atualmente nos Estados Unidos sobre a eclosão e a evolução de movimentos sociais chama-se teoria do processo político. Difunde-se de maneira efetiva nas publicações científicas brasileiras. Trata-se de uma teoria fundamentalmente estruturalista, isto é, que dá centralidade explicativa a influências exógenas às mobilizações que investiga. O caráter exógeno reforça-se em oposição à teoria que põe o foco na capacidade racional de acumular recursos para protestar, supostamente sugerindo que apenas movimentos “ricos” em recursos (financeiros ou outros) logriam mobilizar-se. A teoria do processo político fundamenta-se naquilo que chama de estrutura de oportunidades, para entender o surgimento de ações políticas contenciosas,

incluindo movimentos sociais, e revela que o acesso a recursos não é suficiente para entender lutas sociais.

Oportunidades dizem respeito a vulnerabilidades na ordem política em que pessoas ou grupos, outrora desmobilizados e sem impacto na agenda do governo, irrompem e assumem importância no cenário político. As causas podem ser externas – como a propaganda soviética, denunciando para os estadunidenses o racismo de seu governo, o que fez com que a elite política dos EUA se dividisse, fator que contribuiu para a emergência do movimento dos Direitos Civis, no segundo pós-guerra (McAdam, 1996) – ou internas – como o suicídio de Getúlio Vargas, que gerou uma crise na ordem política e foi o estopim para uma mobilização contra grupos antivarguistas. Essa definição se baseia na ideia de que, em toda e qualquer sociedade, há descontentamentos – contra uma política do governo, pela ratificação de um tratado, pela defesa das baleias no Oceano Pacífico –, que têm o potencial, em certas circunstâncias, de se tornarem protestos. Outra premissa é a de que, em toda sociedade, há competição pelo controle dos rumos políticos: às vezes, dentro das instituições; às vezes, por pessoas ou grupos que não estão nas instituições contra aqueles que estão.

O formato das ações coletivas se modifica, a partir das características da oportunidade que se abre, das pessoas mobilizadas, das identidades que formam e do repertório de que dispõem. É o que mostra Sidney Tarrow (1998:3):

Ações coletivas podem assumir diversas formas – breves ou contínuas, institucionalizadas ou litigiosas, monótonas ou dramáticas. A maioria ocorre dentro das instituições, a partir de grupos agindo na defesa de objetivos que interessam pouco. A ação coletiva se torna confrontacional quando é usada por pessoas a quem faltava acesso regular a instituições, que agem em defesa de exigências novas ou não ratificadas e que se comportam de tal modo que desafiam outros atores e autoridades.

Movimentos sociais, que são nosso interesse no caso, têm como característica o confronto¹ de acordo com essa teoria, geralmente o único recurso que têm contra adversários poderosos, como o governo. Como resultado de circunstâncias específicas, os movimentos sociais são uma forma recente de ação coletiva, criada na segunda metade do século XVIII (Tilly, 2004). O que diferencia o movimento social de outras formas de enfrentamento político, como jacqueries? Charles Tilly e Tarrow destacam que o contexto em que emergem – a construção do Estado

¹Traduzimos contention por “confronto”, seguindo a opção em McAdam e Tarrow (2011). O termo já apareceu entre nós traduzido como litígio e contenção. A opção que adotamos não é ótima, mas não aprofundamos a deliberação sobre o melhor termo por não ser objeto central de nosso artigo.

moderno e o despertar do capitalismo – lhes dão as características conjuntas. Cada um deles apresenta definições parecidas para essa ação coletiva:

[Movimentos sociais] se definem como desafios coletivos, baseados em objetivos comuns e solidariedades sociais, em interações contínuas com elites, oponentes e autoridades (Tarrow, 1998: 4).

Como se desenvolveu no Ocidente depois de 1750, o movimento social emergiu como a síntese inovadora e lógica de três elementos:

1. um contínuo e organizado esforço da população para fazer exigências coletivas para autoridades definidas (pode-se chamá-lo de campanha);
2. o emprego de combinações das seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões com objetivos claros, encontros públicos, romarias, vigílias, marchas, manifestações, abaixo-assinados, declarações à imprensa e distribuição de panfletos (chamemo-as de repertório do movimento social); e
3. representações públicas e conjuntas de MUNC [WUNC], por parte dos integrantes: mérito, unidade, números e compromisso [worthiness, unity, numbers and commitment] por parte deles ou de apoiadores (chamemo-as de exibições de Munc [WUNC displays]. (Tilly, 2004: 3-4).

A definição é mínima – e por isso, pode ser contestada com a indicação de ações coletivas que têm as propriedades de movimentos sociais, mas não o são –, mas tem uma vantagem fundamental. Permite distinguir as particularidades de cada movimento que irrompe num mesmo momento de vulnerabilidade política. Isso é fundamental no caso da redemocratização brasileira, que pode ser descrita mais como um pipocar de ações coletivas do que como um enfrentamento político hegemônico por um grupo. A possibilidade de aproveitar uma oportunidade política – a divisão da elite política, por exemplo – depende da estrutura e da força de pessoas dispostas a fazê-lo, pois envolve custos e riscos. Mas salienta Tarrow:

Ao desafiar elites e autoridades, os pioneiros [early risers] revelam a vulnerabilidade de seus oponentes e os colocam sob ataque de atores mais fracos. Mas, pelo outro lado da moeda, estes colapsam de modo mais rápido, quando as oportunidades desaparecem, pois lhes falta recurso internos para manter a contenção (Tarrow, 1998:77).

Além de explicitar por que o pipocar confrontacional é possível, na medida em que grupos fracos, que dificilmente conseguiriam mobilizar-se sós, tomam carona na onda de contenção promovida por grupos com mais recursos, Tarrow destaca um elemento central para entender as oportunidades políticas: estas variam. Quando surge, o novo grupo político faz com que seus oponentes reajam, modificando o contexto político. A reação pode ir da repressão à cooptação. A

relação que se trava entre as reivindicações sociais e os defensores da ordem política é dinâmica e criativa: movimentos geralmente surgem como inovações (por isso, a recorrência do adjetivo “novo” a esse tipo de forma social, em diversos períodos), até mesmo porque questionam o estabelecido, o velho, e, para contê-las, as autoridades precisam adaptar seus métodos às novas circunstâncias, ou seja, também inovar. Até mesmo porque não há uma fórmula exata para conter mobilizações: a repressão pode levar à generalização do descontentamento, a cooptação pode levar a novas disputas pelo poder. Para dar conta do dinamismo das interações entre ações coletivas e autoridades, fala-se em sistema de oportunidades políticas.

A definição que apresentamos de oportunidade política – síntese de boa parte da literatura anglo-saxã sobre confrontos políticos – tem duas grandes desvantagens. Uma delas é identificada por Doug McAdam (1996): o termo, vago, se torna uma espécie de passe-partout das explicações sociológicas. Em muitos textos, incluindo no Brasil, o termo é usado para designar qualquer tipo de circunstância que facilite a mobilização. A definição, sem parâmetros, pode levar a uma absoluta relativização do surgimento de um movimento social, o que enfraquece o potencial teórico da análise, ou uma generalização indevida, em que protestos são simplesmente deduzidos de fatores estruturais. A primeira situação leva a uma incompreensão dos impactos do contexto político no surgimento de movimentos sociais – contexto este que tem impacto, querendo ou não no grupo mobilizado. A segunda não explica porque, em momentos em que há mudanças políticas que poderiam favorecer a emergência de novos grupos políticos, estes não surgem.

Para entender e perceber uma oportunidade política, é preciso reconhecer dimensões que a definem. McAdam faz um levantamento de textos que quatro autores (Charles Brockett, Hanspeter Kriesi, Dieter Rucht e Tarrow) escreveram na década de 1990, salientando os elementos que têm em comum. Em síntese, apresenta quatro aspectos: 1) o grau de abertura ou restrição do sistema político institucional, 2) a estabilidade ou instabilidade dos alinhamentos e alianças entre elites que tradicionalmente controlam a ordem política, 3) a presença ou ausência de aliados, e 4) a capacidade e a propensão do Estado para reprimir (McAdam, 1996:27). Definir as dimensões facilita trabalhos comparativos, pois, de acordo com a análise dos parâmetros, em locais e/ou momentos diferentes, pode-se entender as razões da emergência de movimentos sociais, além da forma que assumem (exemplo: mais ou menos transgressivos), quando o fazem (se são *early risers* ou *caronistas*) e os resultados da mobilização. A proposta de McAdam restringe o escopo do que se define como oportunidade, mas isso não basta. Não é só porque todas as dimensões para o surgimento de movimentos sociais são positivas que estes surgem. A vulnerabilidade da ordem política só

se torna oportunidade se: 1) há grupos que a percebem como tal; e 2) os grupos têm capacidade para aproveitá-la. Trabalhos mais recentes dentro da teoria do processo político (McAdam et al., 2001; Tilly e Tarrow, 2007) apresentam contribuições nessa linha, que coloca em alguma medida mais potencial explicativo nas características dos grupos que potencialmente podem vir a mobilizar-se.

A segunda desvantagem, de fundo, da teoria do processo político é a desconsideração dos motivos da luta. Em sua formulação inicial (McAdam, 1982), essa teoria se mantinha fortemente estruturalista, inserindo como variáveis explicativas intermediárias a densidade organizacional e a cultura de indignação. Essas variáveis intermediárias, que perderam espaço nas contribuições subsequentes nessa literatura, também não abarcavam o motivo do protesto. Os estudos sobre configurações (frames) de protestos (i.e., Benford e Snow, 2000), agregando à compreensão das análises dos processos políticos um elemento psicológico, não avançaram a ideia de agenda propositiva, limitando-se a encontrar uma forma de vincular fatores organizacionais à forma de apresentar e construir ideias e imagens. Em suas várias vertentes e linhas de contribuição, a teoria do processo político ignorou os motivos dos protestos – que associamos à dimensão da agenda de mobilizações –, tornando-a uma literatura insuficiente.

Dimensões analíticas que faltam

A insuficiência analítica da teoria do processo político percebe-se em pelo menos três dimensões: a predição, a diferenciação de grupos e a definição objetiva de interesses. De certo modo, pode-se dizer que esse paradigma, dominante em países de língua inglesa e com influência global, adotou a posição cômoda de encontrar o *minimas commune* dos fenômenos que analisa, aquilo que, no mínimo, pode ser usado para defini-los e abarcá-los todos, uma categoria ampla e geral. Mas, acreditamos, não é porque algumas dimensões, como a agenda reivindicatória, são difíceis que têm de ser abandonadas.

O enfoque em oportunidades depende, evidentemente, do reconhecimento de quais fenômenos exógenos têm impacto em mobilizações, mas isso cria um problema imediato: como dar conta de que alguns fenômenos equivalentes não geraram resultados iguais? Por que, por exemplo, algumas crises econômicas levaram a mobilizações e outras, não? O que dizer então do grau variado de mobilizações que geram dentro de um mesmo país ou região... A linha mais comum salienta que, quando as dinâmicas ambientais pareciam favoráveis – pelo menos na perspectiva do analista – e não houve protestos, a falta de mobilização esteve relacionada à incapacidade de lideranças de perceber as oportunidades que se abriram. O argumento é circular. E mais do que isso: à medida que o conjunto de variáveis exógenas que são vistas como oportunidades é amplo e os resultados

que dele sucedem são diversos, há uma fraca capacidade de prever se protestos vão de fato ocorrer.

A insuficiência preditiva vincula-se a outro problema analítico, correlato, o enfoque retroativo da teoria do processo político. A seleção amostral dessa teoria fundamenta-se em movimentos sociais que efetivamente tiveram “sucesso” em surgir ou ir às ruas; casos em que, apesar de haver um contexto favorável, grupos não tiveram êxito em mobilizar-se estão fora do conjunto selecionado. Evidentemente, é difícil apreender aquilo que não sucedeu, mas uma teoria preditiva precisa entendê-lo e, nisso, levar em conta as características dos grupos antes da mobilização pode trazer alguma pista. Aliás, um exemplo de brilhante teoria preditiva, não retroativa, é justamente a de Tilly sobre a formação do Estado moderno na Europa (Tilly, 1990), em que mostra como alguns tipos de Estado, aqueles que desenvolveram um equilíbrio específico de capital e capacidade coercitiva, foram capazes de vencer outros tipos de Estado numa disputa quase ecológica pelo controle territorial na Europa da Idade Média. A teoria tillyana-et-al sobre movimentos sociais faz o processo oposto: desconsidera a ecologia de grupos que antecede a oportunidade e seleciona a partir dos casos de sucesso, míope à explicação de por que outros casos, com outras características, não aconteceram.

A abordagem com foco nas características dos grupos mobilizados não foi geralmente levada em consideração; no máximo, foram incorporados elementos organizacionais internos nas análises. Por exemplo, McAdam (1983) assume que, no processo de inovação tática, é esperado que grupos com sucesso sejam os mais coesos. A pressuposição de McAdam, por sinal, foi refutada por McCammon (2003), que indicou o impacto da fragmentação interna nas transformações de repertório de protesto. Outras características, efetivamente políticas ou culturais dos grupos, foram desconsideradas como variáveis explicativas.

O que se propõe aqui é uma tipologia de movimentos sociais a partir dos motivos de luta. Tipicamente, há grupos reativos e propositivos. Grupos reativos definem-se por responderem a mudanças no sistema de relações sociais – fatores ambientais. Geralmente, tais grupos surgem a partir de uma articulação relativamente desorganizada, que se potencializa à medida que ocorrem eventos que estimulam a mobilização e se inibem assim que as condições externas se modificam. Tais grupos têm geralmente pouca perenidade e, dentro dessas características, é um tipo de fenômeno social que a teoria do processo política é capaz de identificar e descrever, por mais que, por suas limitações, essa teoria não seja suficiente para prever a eclosão desses movimentos sociais reativos. Lutas propositivas são, pelo menos em teoria, de outro tipo. Fundamentam-se em uma proposta de transformação, de escala variada, e tal proposta tem caráter explicativo da mobilização. Essas lutas têm, assim como as reativas, o elemento

de diagnóstico crítico da realidade, mas, diferentemente destas, oferecem uma alternativa. Coloca-se a favor de um projeto que traz à tona nas ruas ou nas redes, em ocasiões de protesto, mas que, potencialmente, tem vida independente em relação a esses protestos. Nessa perspectiva, a oportunidade do protesto não explica satisfatoriamente o surgimento da proposta e do propositivismo, dando-lhe quiçá visibilidade e influência.

Em especial, no caso dos grupos políticos o que se propõe é uma transformação institucional. Tal transformação pode pressupor uma radical reorganização das regras do jogo social, a saber a abolição dos mecanismos de reprodução do sistema de relações sociais. Este é a bandeira geralmente associada aos partidos comunistas revolucionários – e que podemos remeter, simbolicamente, à lista de medidas de abolição do capitalismo na seção “Proletários e comunistas” do Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels. Outras propostas institucionais podem ser compatíveis e funcionais com o sistema dominante, mas incapazes de ter vazão pelos mecanismos institucionais existentes – daí a organização confrontacional – em virtude de configurações de poder (Wright, 2012). O que importa, tanto no caso extremo quanto no funcional ao sistema, é que há uma agenda que tem independência em relação ao contexto de oportunidade para protestar.

Um movimento do tipo propositivo, sugerimos, articula-se para além do descontentamento imediato com dimensões da situação social tais quais se dão; há um elemento a mais, a alternativa. Tal alternativa pode ter nível variado de coesão e, a partir de critérios a serem definidos analiticamente, ter graus variados de desejabilidade, viabilidade e alcançabilidade (Wright, 2010). De todo modo, o caráter propositivo sugere um elemento organizacional peculiar – que não se limita a fomentar a reação em um contexto propício para protestos, mas estimula a consolidação e divulgação da proposta – e tem um elemento político constitutivo, saliente analiticamente, que o diferencia de outros tipos de movimentos.

Uma decorrência de levar a sério as propostas de movimentos sociais, que existem com maior grau de independência em relação ao contexto para lutar, é que, a partir delas, é possível desdobrar interesses materiais. A partir do momento em que sabemos a favor de que grupos se mobilizam, podemos analiticamente medir o grau de efetividade com que avançam na disputa de poder pela transformação institucional que preconizam, por exemplo. Também é possível delimitar objetivamente concepções de mundo e sistemas ideológicos que são ativados – o que permite contemplar a crítica de que a literatura do processo político, até nas contribuições psicológicas (frames), é um vazio ideológico (Oliver e Johnston, 2000). A noção de interesses materiais foi tradicionalmente vinculada a conflitos de classe, deduzindo das posições dos atores no conflito aquilo que estaria de

acordo com suas estratégias racionais – às vezes, conscientes – de realização de seu bem-estar material, e também tradicionalmente abandonada com a perda de significância analítica dos movimentos classistas. A compreensão dos movimentos sociais, pelo menos alguns, como portadores de uma agenda propositiva, em prol de uma transformação institucional no caso dos movimentos políticos, cuja realização depende de uma rearticulação de relações de poder, põe de novo a noção de interesses materiais na cena teórica.

O passe livre como proposta de transformação

Do ponto de vista analítico avançamos com a diferenciação entre grupos reativos e propositivos para entendermos os protestos de junho de 2013, no Brasil. Uma característica marcante desses acontecimentos foi a aparente confusão política, com a mobilização lado a lado de grupos supostamente contraditórios. Seguindo a hipótese elaborada teoricamente da relevância dos motivos da luta, sugerimos que havia nas ruas mais de um grupo, diferenciados pela presença ou ausência de uma proposta, e que o “encontro” nas ruas entre esses vários grupos não correspondeu a uma unificação de visão de mundo e de conteúdo de protesto.

Os protestos de junho tiveram surpreendente amplitude. Há sempre grupos que organizam protestos, aliás manifestações coletivas contra a situação dos transportes nas cidades são permanentes, mas se mantinham até então circunscritos e sem capacidade de difusão. Em 6 de junho, houve uma primeira marcha em São Paulo, numa mobilização convocada pelo Movimento Passe Livre, reunindo cerca de 4 mil pessoas. Em 17 de junho, pelo menos 300 mil pessoas participaram de protestos em doze cidades brasileiras. Três dias depois, estima-se que mais de um milhão de manifestantes saiu às ruas em pelo menos 120 cidades. Como tudo isso aconteceu? Houve uma onda de aumentos nas tarifas de transporte público e isso gerou insatisfação. Mas essa insatisfação é suficiente para explicar o movimento? Não. Todas as pessoas têm alguma insatisfação e esse conjunto permanente de insatisfações não se expressa quase nunca, especialmente de maneira coletiva. Ou seja, costumeiramente engolimos nossas frustrações e seguimos como se nada tivesse ocorrido. E mais, uma pessoa pode ter ficado insatisfeita aqui, outra ali – mas o que as motivou a saírem de suas casas e participar de uma manifestação? A fonte de sua insatisfação era comum ou, se não comum, combinável?

Parece haver tido dois níveis de disputa nos protestos, interdependentes, sobre o que queremos de nossa sociedade. Os níveis são: 1) das mobilizações para o resto da sociedade e para o Estado; e 2) dentro dos próprios protestos. Os protestos romperam com um pacto de silêncio da política brasileira. Até então, não se discutia com tamanha amplitude o projeto de país, tacitamente compar-

tilhado por todos os principais partidos e organizado quase tecnicamente por governos e instituições. Nesse país consensual – em que as prioridades da nação eram estabelecidas por técnicos que supostamente sabiam o que era melhor para todos, que supostamente se deixavam guiar pelos princípios impessoais da administração pública, como seria o caso da política econômica –, as possibilidades de desacordo eram dadas pelas próprias instituições que sustentavam esse grande consenso.

O MPL, que sob violenta repressão da Polícia Militar de São Paulo organizou três manifestações antes de os protestos tomarem dimensão nacional, não reagiu simplesmente a uma política de aumento de tarifas. Não é possível entender a relevância desses protestos sem levar em consideração que não foram protestos apenas “contra” algo, mas uma expressão coletiva “a favor” de algo. O MPL colocou na mesa da discussão política a proposta da tarifa zero, do transporte público gratuito.

Trata-se de uma proposta ambiciosa que, se aplicada, teria repercussões fundamentais no modo como organizamos nossa sociedade. E, mais do que isso, é realista. Há um caráter utópico inegável no passe livre, a ideia de que, nas cidades, vamos priorizar a justiça econômica de um transporte acessível a todos – intensificada se a sustentação do sistema de transporte for com base em um imposto progressivo – e o equilíbrio ambiental, em detrimento de um modelo empresarial de gestão e prestação desse serviço (no caso dos transportes, pelo menos em São Paulo, com características mafiosas). Há um componente realista, na medida em que, na ponta do lápis, é uma proposta não apenas desejável, mas até mais eficiente e racional de organizar o transporte urbano (Peschanski, 2013). A proposta de tarifa zero é viável – assim como é viável, a despeito dos consensos pré-estabelecidos, o orçamento participativo com capacidade deliberativa. Nos primeiros protestos, antes da difusão nacional, o MPL avançou então uma proposta “utópico-realista”, desejável e viável, e, ao expor a repressão com a qual novas ideias – por mais que sejam intuitivamente concretizáveis – são recebidas, fragilizou o pacto do projeto de país.

Mas daí abriu-se a Caixa de Pandora. A proposta, desejável e viável do MPL, legitimou a aparição pública e desavergonhou um conjunto de outros grupos e indivíduos. Manifestaram-se grupos populares das periferias, novos caras-pintadas, núcleos de direita contra direitos humanos, entre outros. Os próprios protestos se tornaram uma arena de disputa de projeto. Essa disputa se deu de maneira real, com brigas entre manifestantes, incoerências entre as diferentes palavras de ordem e uma modificação evolutiva no perfil sociodemográfico das pessoas mobilizadas. Os alvos dos protestos foram tão múltiplos quanto os participantes – mas vale notar uma tendência difusa de dessacralização dos espaços dos

Poderes (a tomada do Congresso, os gritos de “Ao Palácio [do governador]!” em São Paulo, a depredação dos tribunais), justamente as instituições de reprodução do consenso calado, do projeto de nação inquestionável.

A heterogeneidade é tão intensa que os meios de comunicação e organização tradicionais, que dependem de alguma capacidade de traduzir de maneira coerente e coesa os acontecimentos, foram incapazes de dar conta dos protestos. A mídia ficou estupefata; as organizações sociais tradicionais, atordoadas. O modo de massificação dos protestos se deu mesmo por redes informais, especialmente eletrônicas.

E é justamente o caminho eletrônico um dos principais meios possíveis para entender o modo como os grupos variados, propositivos e reativos, se mobilizaram. Na medida em que sugerimos que as propostas vivem independentemente das oportunidades exógenas do protesto seria possível testar a hipótese de que existia uma articulação em torno da consolidação e divulgação da proposta do passe livre anterior às manifestações de massa de 2013. Essa rede prévia poderia ser identificada, por exemplo, a partir de um trabalho de memória nos meios eletrônicos, o que se torna cada vez mais possível a partir de estudos baseados em Big Data. A partir dessa ferramenta, seria também possível identificar a capacidade dos grupos propositivos, que ganharam visibilidade nos protestos, de reter pelo menos parte dos que se mobilizaram reativamente em sua rede de articulação, aumentando assim o corpo de seguidores de sua proposta. Esta é apenas uma sugestão de passo científico a vir, dentre outras a serem seguidas, mas, num cenário em que diagnosticamos a insuficiência da teoria em voga, que não dá conta da realidade que presenciamos, o campo da criatividade científica-social está aberto e clamando por desbravadores.

Bibliografia

- BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. (2000). Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, n. 1.
- CALNITSKY, David; PESCHANSKI, João A. (2011). Modelos de alternativas ao capitalismo. *Margem Esquerda: ensaios marxistas*, São Paulo, Boitempo, n. 17.
- GURR, Ted R. (1970). *Why men rebel*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- LÖWY, Michael (2005). *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez.

- MCADAM, Doug (1982). *Political process and the development of Black insurgency, 1930-1970*. Chicago: University of Chicago Press.
- _____ (1983). Tactical innovation and the pace of insurgency. *American Sociological Review*, v. 48, n. 6.
- _____ (1996). Conceptual origins, problems, future directions. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney G. (2011). Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney G.; TILLY, Charles. (2001). *Dynamics of contention*. Cambridge; New York: Cambridge University Press.
- MCCAMMON, Holly J. (2003). “Out of the parlors and into the streets”: the changing tactical repertoire of the US women’s suffrage movements. *Social Forces*, v. 81, n. 3.
- MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (2001) The enduring vitality of the resource mobilization theory of social movements. In: _____ (org.). *Handbook of sociological theory*. Springer US.
- MIGUEL, Luis F. (2006). Utopias do pós-socialismo: esboços e projetos de reorganização radical da sociedade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 61.
- OLIVER, Pamela E.; JOHNSTON, Hank (2000). What a good ideal Ideologies and frames in social movement research. *Mobilization: An International Quarterly*, v. 5(1).
- PESCHANSKI, João A. (2013). O transporte público, uma utopia real. In: HARVEY, D. et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- TARROW, Sidney G. (1998). *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TILLY, Charles (1990). *Coercion, capital, and European states, AD 990-1990*. Cambridge, Mass., USA: B. Blackwell.

- _____ (2004). *Social movements, 1768-2004*. Boulder: Paradigm Publishers.
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney G. (2007). *Contentious politics*. Boulder, Colo.: Paradigm Publishers.
- VOSS, Kim (1993). *The making of American exceptionalism: the Knights of Labor and class formation in the nineteenth century*. Ithaca: Cornell University Press.
- WRIGHT, Erik O. (2010). *Envisioning real utopias*. Londres: Verso.